

"A moratória da dívida externa é insustentável"

Essa declaração foi feita ontem em São Paulo pelo professor Cláudio Roberto Contador, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde dirige os cursos empresariais da Coppead. O economista entende que o déficit público e a questão externa são os dois principais problemas da economia brasileira e é urgente negociar com os credores, a partir da capacidade de liderança do País, que entretanto não deve servir para chefiar um exército de Brancaléone de países paupérrimos.

Falando em seminário fechado patrocinado pela corretora Prime, que atua em São Paulo e no Rio, Contador observou que a economia brasileira "está desarrumada e precisa de um trabalho exaustivo de reorganização, inclusive para recuperar seu grau de conhecimento, de diagnóstico".

Disse que "parte da incerteza não se deve só ao desconhecimento do futuro mas também do presente. Não se sabe bem como as coisas andam, a propósito do setor público e do setor externo. E quando falo de desconhecimento não é só da sociedade civil, mas do próprio governo. E sem o conhecimento das estatísticas, não é possível estabelecer qualquer estratégia".

Como hipótese, dois são os caminhos para o setor externo: repudiar ou renegociar a dívida. "Repudiar é indesejável. Então é preciso recomeçar a negociar com os credores externos, usando a dívida externa como instrumento para negociar canais de comércio, abertura de mercados. Nesse sentido, a dívida externa não é um fator passivo, mas ativo. O repúdio atrapalharia tudo isso."

Equívoco

O economista identifica uma "incongruência" no comércio internacional que pode ser aproveitada a favor do Brasil: o grupo de países credores tem hoje um superávit comercial contra os países devedores, da ordem de US\$ 400 bilhões. O conjunto, entretanto, tem posições desiguais. A grande pressão internacional é para que os de-

Contador: "Nossa economia está desarrumada e precisa de um trabalho exaustivo de reorganização".



vedores façam ajustes externos, reduzindo seus déficits em conta-corrente. Mas se isto ocorrer em conjunto, os países credores reduzirão seu superávit em conta-corrente, o que, em conjunto, não desejam. E, entre os industrializados, os Estados Unidos estão em situação atípica, com déficit comercial e em contas-correntes, enquanto a Alemanha, Japão e Canadá têm superávits muito grandes. Ou seja, no próprio grupo de credores há conflitos, e, enquanto esses conflitos não forem resolvidos, a situação permanece em "fogo brando, nada se resolve".

"O Brasil, nesse conjunto — observa o economista — também está em situação atípica, pois tem superávit comercial com os Estados Unidos, numa situação oposta à do grupo de países em que está incluído".

"É exatamente essa contramão do Brasil no grupo dos países devedores, a contramão dos Estados Unidos no grupo dos países credores e a forte relação que há nos laços comerciais Brasil-Estados Unidos que comprometem o êxito de qualquer política de ajuste individual. Por isso é romantismo falar hoje em repúdio. Iríamos romper qualquer possibilidade de negociação mais proveitosa", diz o professor.

Caminho

"O caminho é sentar à mesa de negociações. O ajuste internacional já está ocorren-

do, mas a forma pela qual ocorre não interessa a ninguém. É desordenado. Vai impor perdas muito grandes para as instituições financeiras internacionais e não resolve o problema de longo prazo da economia brasileira que é o de atrair as poupanças externas. O ajuste dificulta até a conversão da dívida em capital, aporte de tecnologia, etc", explica Contador.

Para convencer os credores a retomar as conversações, recomenda Contador, o Brasil deve apresentar "um plano aceitável". E isto passa pelo saneamento do setor público: "Uma reforma fiscal é necessária, não com idéia de voracidade de arrecadação mas usando o sistema de tarifas e impostos para aumentar a taxa de poupança interna, o que representa uma grande restrição de ordem técnica. Controlando os gastos públicos, estaremos extinguindo um dos principais focos de inflação. Esta é a principal causa da incerteza em que vivemos".

Perspectivas

Contador previu que o governo irá aumentar a carga fiscal este ano, "uma medida que desagradará a todos", e precisará, ainda, fazer um novo ajuste cambial.

Propondo que o gatilho salarial limitado a 20% ao mês seja substituído pelo reajuste trimestral pleno, que em sua opinião preserva melhor o salário real médio, o economista critica a indexação feita com base na LBC (Letra do Banco Central) e propõe sua substituição pelo IGP ou pelo IPC, entendendo que, no sistema atual, o grau de realimentação da inflação é alto.

"Tudo o que ocorreu de mau até a implantação do Plano Cruzado está presente e agravado", afirmou, referindo-se à política econômica anterior a Bresser Pereira: "Bresser tem qualificação, sabe o que tem que fazer, mas enfrenta sérias restrições que lhe dificultam a estratégia, em especial quando não se sabe quais serão as metas do governo".

Fabio Pahim Jr.